

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/02/2004 a 14/05/2019

Indexação: "PEC 293/2004"

Documento 1/8

132.4.55.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 29/05/2018-18:20
Publ.: DCD 30/05/2018 - 224	- CARLOS MANATO (PRESIDENTE)-PSL -ES	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Leitura de Ato da Presidência sobre a criação de Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 293-A, de 2004, referente à alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

Ato da Presidência

Nos termos do § 2º do art. 202 do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 293-A, de 2004, do Poder Executivo, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências".

A Comissão será composta de 34 (trinta e quatro) membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 33 do Regimento Interno.

Brasília, 29 de maio de 2018.

Rodrigo Maia
Presidente da Câmara dos Deputados

Documento 2/8

132.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/05/2018- CD	18:20
Publ.: DCD - 30/05/2018 - 225	LUIZ CARLOS HAULY-PSDB -PR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Realização de acordo para a composição da Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 293-A, de 2004, relativa à alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, o combinado com o Presidente Rodrigo Maia é que a Comissão Especial de Estudos se transforme na Comissão da PEC - é uma PEC de 2004, a PEC nº 293 - , que terá os mesmos membros da anterior. Então, eu apelo às Lideranças para que ajam de acordo com o combinado.

Acabei de mandar um *WhatsApp* para o grupo da PEC anterior, a Comissão de Estudos. Chegamos a um denominador comum; e, de acordo com o Presidente Rodrigo Maia, entramos agora na fase final, que é a discussão na Comissão. Deixaremos o texto pronto para o Plenário e esperamos até que se encontre um espaço, dentro da Constituição, para que possamos votar a emenda constitucional.

Documento 3/8

140.4.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 06/06/2018- CD	14:32
Publ.: DCD - 07/06/2018 -	LUIZ CARLOS HAULY-PSDB -PR	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Pedido aos Líderes partidários de indicação dos membros da Comissão Especial destinado ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 293, de

2004, sobre a reforma tributária.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço um apelo aos Líderes que ainda não indicaram os membros da Comissão Especial que trata da Proposta de Emenda à Constituição nº 293, de 2004, a PEC da reforma tributária. Peço que façam a indicação ainda hoje. Faremos a primeira reunião tão logo saiam todas as indicações dos partidos.

Até agora, já temos 20 Deputados indicados. Estão faltando ainda 15 para fecharmos a lista.

Obrigado.

Documento 4/8

150.4.55.O	Sessão Ordinária - CD	Deliberativa	12/06/2018-16:00
Publ.: DCD	CARLOS MANATO (PRESIDENTE)-PSL -ES		
13/06/2018 - 134			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	ORDEM DO DIA	FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Leitura de Ato da Presidência sobre a criação de Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 293-A, de 2004, do Poder Executivo, a respeito da reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

Ato da Presidência

Nos termos do § 2º do art. 202 do Regimento Interno, esta Presidência decide constituir Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 293-A, de 2004, do Poder Executivo, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências", e

Resolve

I - designar para compô-la, na forma indicada pelas Lideranças, os Deputados constantes da relação anexa;

II - convocar os membros ora designados para a reunião de instalação e eleição, a realizar-se no dia 13 de junho, quarta-feira, às 14 horas, no Plenário 07 do Anexo II.

Brasília, 12 de junho de 2018.

Rodrigo Maia.
Presidente da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO ESPECIAL

PROPOSIÇÃO: PEC 293-A/04

MDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PODE/PMN/PRP/PSDC/PATRI/PRTB

Titulares: Celso Russomanno (PRB), Hildo Rocha (MDB), João Paulo Kleinübing (DEM), Marcondes Gadelha (PSC), Mauro Mariani (MDB), Pedro Fernandes (PTB), Pedro Paulo (DEM), Valdir Colatto (MDB), Valtenir Pereira (MDB), 6 vagas.

Suplentes: Benito Gama (PTB), Carlos Henrique Gaguim (DEM), Gilberto Nascimento (PSC), José Carlos Aleluia (DEM), Ronaldo Benedet (MDB), 10 vagas.

PT/PSD/PR/PROS/PCdoB

Titulares: Edmar Arruda (PSD), Felipe Bornier (PROS), Rogério Rosso (PSD), 7 vagas.

Suplentes: Júlio Cesar (PSD), Walter Ihoshi (PSD), 8 vagas.

PSDB/PSB/PPS/PV

Titulares: Eduardo Cury (PSDB), Luiz Carlos Hauly (PSDB), Nilson Leitão (PSDB), Paulo Foletto (PSB), Rubens Bueno (PPS), Tadeu Alencar (PSB), 1 vaga.

Suplentes: Giuseppe Vecci (PSDB), João Gualberto (PSDB), Marco Tebaldi (PSDB), 4 vagas.

PDT

Titular: Ronaldo Lessa.

Suplente: Félix Mendonça Júnior.

PSOL

Titular: Edmilson Rodrigues.

Suplente: Ivan Valente.

REDE

Titular: 1 vaga.

Suplente: 1 vaga.

Documento 5/8

018.4.55.N	Sessão Extraordinária - CN 13/11/2018-15:25	
Publ.: DCN - 15/11/2018 - 49	LUIZ CARLOS HAULY-PSDB -PR	
CONGRESSO NACIONAL	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de realização da reforma tributária.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB - PR. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ao se aproximar o final do exercício dos nossos mandatos de quatro anos, período dos mais turbulentos da economia, da ética, do comportamento no nosso País, o Brasil clama por reformas, o Brasil clama por empregos e por melhores salários, os Estados clamam por mais receita, como também os Municípios e a União.

O que fazer? Encerrar o mandato nostalgicamente, sem uma grande proposta sendo aprovada? Estamos aprovando ainda pequenas medidas que vão resolver pequenos problemas da economia e de setores da economia? O que nós estamos propondo é algo muito maior; estamos propondo uma reestruturação, uma reengenharia tributária tecnológica de inclusão econômica e social, com crescimento sustentável. Simplificar a base do consumo é o que o Brasil deve fazer neste momento. Fazer com que haja progressividade nos impostos é outro dever nosso.

O que fizemos até agora, incumbidos pelo Presidente Rodrigo Maia, pelo Fábio Ramalho, pelo Presidente do Senado, foi conversar com todos os setores da sociedade, empresários, trabalhadores, profissionais liberais, acadêmicos, Deputados e Senadores de todos os partidos. Foi o que fizemos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares. A nossa proposta é feita na base do diálogo.

Como sou metade técnico e metade político - porque sou economista e prezo muito pelos meus conhecimentos econômicos e tributários que acumulei ao longo de 35 anos trabalhando nessa matéria, como fui por duas vezes Secretário da Fazenda do Paraná e como participei de todas as comissões temáticas tributárias da Comissão de Finanças que trataram de reformas nesta Casa nos últimos 30 anos -, posso assegurar a vocês que, quando aprovamos o Supersimples, nós afirmamos desta tribuna que isso seria bom para todos, para os pequenos empresários, para os trabalhadores, para os Municípios, para os Estados, para a União, para o País. Foi o que aconteceu. Foi uma grande contribuição que demos com o Supersimples ao Brasil.

Trabalhamos em outras grandes propostas nestes últimos 28 anos aqui nesta Casa, como o maior acordo trabalhista do Fundo de Garantia, das perdas dos Governos Collor e Sarney, em que ressarcimos mais de 50 milhões de pessoas; mais de R\$50 bilhões foram ressarcidos.

Agora chegou a hora da reforma tributária, a mãe de todas as reformas, a mais importante reforma. Quais são os obstáculos hoje para se aprovar essa reforma ainda este ano, nesta legislatura? Só uma decisão que estamos obtendo, já que o Presidente Rodrigo Maia junto com o Fábio deram-nos a diretriz: busque o entendimento. Eu quero dizer ao Presidente Rodrigo Maia que acredito que, se não 100%, mais de 90% dos partidos, dos Deputados, dos Senadores estarão favoráveis à reforma tributária nos moldes em que a estamos apresentando, para que todos possam se beneficiar de uma estrutura que vai dar competitividade às nossas empresas: diminuir o custo de produção; diminuir o

custo da folha de pagamento de contratação; aumentar a capacidade de gerar emprego das empresas, de gerar riqueza e, conseqüentemente, mais impostos para os Municípios, os Estado e a União; aumentar a capacidade de compra dos trabalhadores, tirando os impostos de comida e de remédio. O Brasil cobra seis vezes mais impostos que o resto do mundo em comida e remédio. A média de tributação em comida no mundo é 7%; em remédio, menos de 4%; e o Brasil cobra 33% e 34%. Temos que reduzir ou zerar os impostos de máquinas e equipamentos e, em uma reestruturação, manter uma estrutura tributária harmônica com os países da OCDE. Essa é uma exigência para o Brasil participar do clube de países que compõem a comunidade da OCDE.

Portanto, eu venho aqui mais uma vez apelar ao Presidente Rodrigo Maia, aos Deputados e Senadores e aos Líderes do Senado e da Câmara de todos os partidos: vamos, juntos, pela reforma tributária...

(Interrupção do som.)

Documento 6/8

020.4.55.N	Sessão Extraordinária - CN 12/12/2018-20:14	
Publ.: DCN - 13/12/2018 - 36	LUIZ CARLOS HAULY-PSDB -PR	
CONGRESSO NACIONAL	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Necessidade de realização da reforma tributária.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB - PR. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, mais um ano chega ao fim com um crescimento econômico pífio de 1,2%. Em 2014 foi zero; em 2015 foi 3,8% negativo; em 2016 foi - 3,6%; 2017, 1% e este ano, quando era previsto 3%, mal chega a 1,2%, enquanto o mundo, nesses últimos cinco anos, cresceu a uma taxa de 3,2% ao ano, mais de 16%, quase 17% de crescimento; e o crescimento negativo do Brasil está em 6%. Ora, os Governos do Brasil, o anterior e este, estão devendo ao País um crescimento de 22% no mínimo. O Orçamento que ora está em discussão reflete esta recessão que não foi ainda combatida.

A economia mundial, na média, cresce a 3,2%. O Brasil, que é um país emergente, precisa crescer o dobro da taxa de crescimento média mundial. Portanto, teria que crescer a 6,4% ao ano. Foi o que o Brasil cresceu durante 50

anos, de 1930 a 1980. De 1981 para cá, o Brasil passou a ter uma taxa de crescimento médio de 2,27%, perdeu o ímpeto de 4% ao ano. Nesses últimos cinco anos, foi a derrocada total. O Brasil regrediu, com isso gerou 13 milhões de desempregados, 62 milhões de pessoas inadimplentes, metade das empresas inadimplentes. A arrecadação da União, dos Estados e dos Municípios se reduziu, endividamento do setor público, cortes marginais em programas essenciais como saúde, educação, assistência social, quase zero de investimento.

E esta Casa, mais um ano, se debruça sobre um Orçamento com um crescimento que não vem. Sem reforma, o Brasil não se encontrará com o seu destino de grandiosidade com crescimento econômico. E, entre as reformas, a mais importante é a tributária. Ela está pronta, Presidente Eunício, foi votada ontem na Comissão Especial, por unanimidade. Ela implanta uma simplificação do IVA, reduz nove tributos da base consumo para o IVA e um apêndice do IVA seletivamente. Vai ser feita a cobrança eletrônica, o imposto será retido no ato. Este novo IVA vai combater a sonegação, a corrupção, a burocracia, o contencioso tributário.

O Brasil hoje tem o 184º pior sistema tributário do mundo, segundo o Banco Mundial. O Brasil está incluído entre os dez piores sistemas do mundo. O nosso modelo tributário vai fazer o Brasil ter um dos dez melhores sistemas tributários do mundo.

Eu não entendo por que o Governo, em vez de pedir intervenção de um Estado, não patrocina a reforma tributária. Não há cabimento nesta decisão.

Eu fico pensando: tanto que o Brasil precisa. E agora eu olho na direção do novo Governo. A opção por intervenção é uma opção pela não solução dos problemas econômicos do País. A chance foi perdida. Projeto pronto, discutido: foram 162 palestras, 500 reuniões técnicas de trabalho, o País inteiro participou.

Portanto, está à disposição do Presidente da Câmara e do Senado, do futuro Presidente da República e de sua equipe, para colocarem em votação na hora em que quiserem. A contribuição da Câmara, dos 513 Deputados e 81 Senadores, está feita. O Congresso tem solução para a economia...

(Interrupção do som.)

Sumário

Lançamento, pela Confederação Nacional da Indústria - CNI, da Agenda Legislativa da Indústria de 2019.

O SR. PAULO AFONSO FERREIRA - Muito boa tarde a todas e a todos. Eu quero saudar, com muito carinho, o Presidente do Senado Federal Davi Alcolumbre, em nome de quem cumprimento a todos os Senadores aqui presentes.

Quero saudar o Vice-Presidente da Câmara dos Deputados Marcos Pereira, em nome também de quem cumprimento a todos os Deputados aqui presentes; saudar, com muita gratidão, o requerente desta sessão solene pelo Senado Federal, nosso Senador Rodrigo Pacheco.

Também quero saudar, com muito carinho e gratidão, o requerente, pela Câmara dos Deputados, desta sessão, o Deputado Efraim Filho.

Quero saudar os presidentes das federações das indústrias de todo o Brasil, os presidentes das associações setoriais da indústria, os representantes das entidades de classe, os representantes de sindicatos da indústria aqui presentes, empresários e as senhoras e os senhores da comunicação.

Senhoras e senhores, o Brasil ainda não recuperou a produção e os empregos perdidos desde a maior crise de sua história. Esse fato é um forte sinal para todos que têm a responsabilidade política. A recuperação plena da economia exige uma ação coordenada do Executivo, do Congresso e da sociedade para aprovar as reformas que criarão as condições para o crescimento sustentado da economia.

Recentemente muitos acompanharam o drama de um navio de passageiros à deriva na costa da Noruega. Permitam-me utilizar essa imagem para o transatlântico Brasil. É dever dos tripulantes, que são os três Poderes da República, e dos passageiros, a população brasileira, trabalhar com método, cooperação, negociação e articulação para que o nosso navio faça os ajustes necessários e alcance o porto seguro de uma economia capaz de gerar empregos e oportunidades para todos.

É sob essa inspiração que expresso o nosso agradecimento pela especial deferência do Congresso Nacional em distinguir a Confederação Nacional da Indústria (CNI) com esta oportunidade de lançamento da *Agenda Legislativa de 2019*. Essa honraria deve ser creditada à generosidade dos Presidentes do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre, e da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia, aos quais reitero o nosso sincero reconhecimento.

Agradeço também ao Senador Rodrigo Pacheco e ao Deputado Efraim Filho,

autores do requerimento que convocou esta sessão solene.

Cumprimento ainda os líderes empresariais e demais autoridades que prestigiam esta solenidade.

Saúdo, por fim, os presidentes das federações e das associações setoriais da indústria, que participaram efetivamente da preparação da *Agenda Legislativa*, demonstrando a nossa união na representação industrial do País.

A realização deste evento no Congresso Nacional é um privilégio de grande significado para a CNI, principalmente porque temos plena consciência da grande responsabilidade do Poder Legislativo na modernização institucional do Brasil.

Tenho a satisfação também de convidar a todos para visitar a exposição Sesi/Senai pelo Futuro do Trabalho, que está sendo realizada no Salão Negro até o dia 12, graças à gentileza dos Presidentes da Câmara e do Senado Federal.

Nessa exposição, Deputados, Senadores, servidores do Congresso e o público em geral poderão conhecer melhor as iniciativas do Sesi e do Senai a favor da qualificação profissional dos brasileiros.

Mas, Sras. e Srs. Parlamentares, a *Agenda Legislativa da Indústria* tornou-se um dos principais instrumentos de posicionamento e de comunicação transparente, como disse o Presidente Davi, do setor empresarial com esta Casa Legislativa e com a sociedade.

É justo assinalar que várias dessas contribuições têm sido acolhidas, transformando-se em normas legais indutoras do desenvolvimento do Brasil.

Os novos mandatos parlamentares se iniciam num cenário de grande demanda por urgentes mudanças que sejam capazes de promover avanços na segurança pública, na geração de empregos, no aperfeiçoamento do sistema tributário e na redução da burocracia, bem como na melhoria da saúde, da educação e dos serviços públicos.

Especificamente em relação à indústria, é cada vez mais importante que tenhamos condições de competitividade comparáveis às de nossos concorrentes globais.

Devemos reconhecer que, nos últimos anos, o Congresso Nacional aprovou importantes leis para o País. Destaco alguns dos avanços que este Parlamento viabilizou: o fim da participação mínima da Petrobras no pré-sal; a fixação do teto para os gastos públicos; a Lei da Terceirização e a Lei da Reforma Trabalhista.

A nova Legislatura, recém-empossada no Congresso Nacional, inicia seus

trabalhos com revigorado apoio popular e com a demanda das urnas por leis que melhorem o ambiente de negócios, estimulem o empreendedorismo, valorizem a atividade produtiva e contribuam para a geração de empregos.

Por meio desta 24ª edição da *Agenda Legislativa da Indústria*, a CNI, na companhia das federações estaduais das indústrias e das associações setoriais da indústria, manifesta seu apoio em favor das mudanças que contribuirão para o desenvolvimento do País.

De forma transparente, o documento apresenta ao Congresso, aos demais órgãos e entidades do Poder Público e à sociedade civil as principais proposições legislativas em tramitação que, na visão da indústria, promovem ou prejudicam a competitividade das empresas.

Ao todo, são listadas 123 propostas em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, das quais 14 são priorizadas em uma pauta mínima.

Para o setor industrial e para o País, as transformações começam pela reforma da previdência social. Ela é a mais importante neste momento da vida brasileira. (*Palmas.*)

O nosso sistema previdenciário é inviável do ponto de vista financeiro, injusto do ponto de vista social e desalinhado com o extraordinário crescimento da expectativa de vida da população. Só a mudança das regras vai garantir o pagamento dos benefícios a milhões de aposentados no futuro. Ao gerar confiança na sustentabilidade fiscal, a reforma será uma fonte importante de expansão da economia ao reforçar fatores que contribuirão para taxas de juros mais baixas.

A reforma do sistema previdenciário é imprescindível e será essencial para o Brasil voltar a crescer. A indústria e os demais setores da economia apoiam essa medida essencial para contribuir com o equilíbrio das contas públicas e incentivar o retomo dos investimentos e do crescimento. A reforma da previdência é inadiável. Estamos seguros de que o Congresso vai aprová-la, criando as condições para o País crescer mais e melhor.

Outra reforma importante é a tributária. O texto aprovado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados apresenta avanços importantes em termos de simplificação do sistema e de redução de tributação sobre investimentos e exportações. A reforma tributária é crucial para o Brasil poder se integrar ao mundo com melhores condições competitivas. Sem mudanças estruturais no sistema tributário, não conseguiremos eliminar as fontes de insegurança jurídica e de excesso de obrigações que se transformam em um verdadeiro pesadelo tributário para os empreendedores.

A proposição em tramitação merece alguns aprimoramentos quanto a resquícios de cumulatividade, potencial aumento de gastos públicos com administração tributária, impossibilidade de redução de alíquotas do Imposto

de Bens e Serviços, semelhante ao IVA, e ausência de mecanismos voltados ao desenvolvimento regional.

O fato é que todos nossos competidores funcionam com um IVA sem as distorções que dificultam investimentos e exportações. A China já fez a sua reforma e a Índia, uma complexa federação, está implantando a reforma desse imposto. Se a reforma não for feita, o Brasil será a única economia relevante do mundo a permanecer com um sistema tributário com as distorções que temos.

Sras. e Srs. Parlamentares, meus amigos que participam desta solenidade, precisamos acelerar a tramitação de nossas reformas para acompanhar a velocidade da transformação de nossos competidores. Entretanto, é fundamental que, neste momento, coloquemos todo o nosso foco na reforma da previdência. Sem ela, o País não conseguirá avançar na direção de um círculo virtuoso.

O fato de termos várias de nossas políticas públicas na Constituição Federal certamente dificulta, mas não torna impossível o nosso trabalho de transformação. O Congresso já mostrou, no passado recente, a sua capacidade de adaptar e aperfeiçoar as nossas leis.

Se, por um lado, há temas constitucionais, como a reforma da previdência e a tributária, também existem várias iniciativas na legislação ordinária que merecem ser priorizadas pelo Congresso Nacional.

Em nossa agenda estão algumas prioridades: os direitos e garantias do contribuinte; a compensação entre créditos tributários e previdenciário; a regulamentação de normas de segurança e saúde no trabalho; a exigência de dupla visita nas fiscalizações de trabalho; o marco legal das agências reguladoras; as concessões de geração e distribuição de energia elétrica; o licenciamento ambiental; o registro internacional de marcas com a adesão ao Protocolo de Madrid, como já foi dito aqui; os limites à desconsideração da personalidade jurídica; a competência para embargar ou interditar estabelecimentos; mudanças nas normas sobre trabalhadores expatriados; e a modernização da legislação sobre saneamento. Para que essa pauta avance, é fundamental o apoio das Sras. e dos Srs. Parlamentares.

Além dessas propostas, a *Agenda Legislativa da Indústria* contempla outros importantes projetos em áreas como as de micro e pequenas empresas, desenvolvimento científico e tecnológico, infraestrutura, meio ambiente e educação.

Os posicionamentos defendidos são sempre na linha da modernização dos marcos legais, do fomento a investimentos na atividade produtiva, da garantia da segurança jurídica e da redução da burocracia. Também são destacadas proposições com impactos setoriais, priorizadas pelas federações e pelas

associações setoriais da indústria.

O Brasil, senhoras e senhores, está num momento decisivo. Precisamos remover os entraves ao desenvolvimento, solucionando problemas que nos atrapalham há décadas, como o crônico déficit nas contas públicas.

A indústria está e sempre estará empenhada no diálogo com o Poder Legislativo. Nosso objetivo é estimular o crescimento econômico em bases sólidas e construir um Brasil cada vez melhor, mais próspero, justo e ambientalmente equilibrado. Com a *Agenda Legislativa*, a CNI, as federações e as associações contribuem, mais uma vez, como têm feito ao longo de sua trajetória, com o debate público que visa ao desenvolvimento nacional.

O momento em que vivemos não permite adiamentos e complacência. É hora de enfrentarmos os nossos problemas. Acreditamos no potencial da indústria do Brasil e nós precisamos trabalhar juntos.

E eu peço aqui ao Presidente Alcolumbre, ao Marcos: o Brasil hoje está precisando é de união, Presidente. Nós temos que trabalhar - a sociedade, as empresas, todos nós - num rumo só. O País está precisando. O nosso adversário está lá fora concorrendo conosco aqui. (*Palmas.*)

Não somos nós que temos que criar atrito entre nós.

E, com o Congresso, eu acho que nós estamos avançando exatamente dentro desse espírito. E eu acho que esse é o papel. Nós temos uma ligação histórica com o Congresso Nacional. E hoje nós nos sentimos muito honrados: é a primeira vez que a *Agenda Legislativa* da CNI, após 24 anos, é lançada para o Plenário do Congresso Nacional. Isso é uma honra para nós, dignifica a nossa agenda da indústria. (*Palmas.*)

E nós vamos modernizar o País, sim, com a persistência, com a participação de todos nós, da sociedade organizada. Eu tenho certeza.

Eu quero, para concluir, fazer um convite. Nós estamos aqui renovando o convite para a Exposição: Sesi, Senai pelo Futuro do Trabalho, no Salão Negro.

E eu quero pedir - permitam-me - que Deus ilumine a cada um de nós, a cada um dos Parlamentares, das nossas Lideranças. Que nós tenhamos a união e o caminho para um País melhor para todos nós.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Permitam-me passar às mãos da nossa Mesa a nossa *Agenda Legislativa*.

100.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	14/05/2019-18:00
Publ.: DCD - 15/05/2019 - 150	ISNALDO BULHÕES JR.-MDB -AL	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Prioridade do Congresso Nacional na revisão do pacto federativo. Propostas apresentadas pela equipe econômica do Governo Federal a respeito do tema.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ISNALDO BULHÕES JR.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a revisão do pacto federativo é medida que merece constar prioritariamente da agenda do Congresso Nacional.

Todos conhecemos a atual condição financeira dos Estados e Municípios brasileiros: eles encaram a cada mês e a cada ano uma duríssima luta para fechar as contas, não raro com atraso no pagamento de funcionários e fornecedores.

Se é verdade que alguns casos resultam de gestões equivocadas, a maioria é de gente do bem, de Prefeito que se desdobra para servir ao povo. É o atual desenho federativo de atribuições *versus* receitas que não permite o saneamento das contas públicas.

Na recente edição da Marcha dos Prefeitos, da qual participei, o Ministro da Economia, Paulo Guedes, declarou que de 65% a 70% da arrecadação de tributos ficam com União.

Ora, sendo os Estados e, principalmente, os Municípios os locais onde são prestados os serviços para a população, não é razoável que fiquem com tão pequeno percentual do produto da arrecadação tributária.

Em verdade, a atual configuração resulta de um processo gradativo de enfraquecimento dos entes subnacionais e fortalecimento da União. De um lado, a criação de contribuições em vez de impostos drenou

recursos importantes de Estados e Municípios, uma vez que a arrecadação das contribuições fica integralmente com a União.

De outro lado, Executivo e Legislativo federais, desde a promulgação da Constituição de 1988, tratam de ampliar as atribuições de Estados e Municípios, especialmente desses últimos, impondo cada vez mais obrigações, mas sem apontar a origem dos recursos, sem elevar as suas receitas de modo que pudessem atender às novas demandas.

A equipe econômica do Governo tem demonstrado sensibilidade ao assunto. De fato, a revisão do pacto federativo é sempre enfatizada pelo Ministro da Economia, que, em várias ocasiões, referiu aspectos gerais da proposta que está sendo elaborada pela Secretaria de Fazenda.

A proposta, então, teria dois eixos: um a ser concretizado já em 2019, em valor de cerca de R\$ 10 bilhões, e destinado à assistência financeira imediata de Estados e Municípios.

O segundo eixo viria da exploração do pré-sal. O Governo avalia que a atividade pode gerar de 500 bilhões a 1 trilhão de dólares no período de 20 anos. A ideia seria passar a Estados e Municípios 70% do valor arrecadado, o que seria, de fato, um avanço prodigioso no sentido da descentralização, com enormes benefícios para o povo.

Na mesma linha, há outras ações que merecem ser trabalhadas, como a PEC 391/17, a Proposta de Emenda à Constituição nº 391, de 2017. Mediante tamanha importância, foi constituída uma Comissão Especial, na qual sou membro titular, que acrescenta mais 1% da arrecadação do Imposto de Renda ao Fundo de Participação dos Municípios.

Outra grande oportunidade para tratar do pacto federativo é a reforma tributária. Temos a PEC 293/04. O relatório do Deputado Luiz Carlos Hauly foi aprovado na Comissão Especial em 2018. Encontra-se a matéria pronta para a pauta do Plenário. Há também uma proposta de reforma tributária que deve ser encaminhada em breve pelo Governo.

Creio, nobres Deputados, que temos uma chance de ouro: a de marcar esta legislatura como a legislatura das reformas, aprovando várias medidas substanciais, incluindo esta, a tributária, que é uma das mais importantes para o desenvolvimento do País.

Concluo, Sr. Presidente, reiterando a necessidade e a urgência de se trabalhar a revisão do pacto federativo. Há várias boas ideias sobre o assunto e algumas propostas já em tramitação, em diferentes fases do processo legislativo.

Encareço, então, a todos os colegas Parlamentares o apoio e o

empenho para a construção de uma forte convergência para a aprovação dessas medidas, que enorme impacto positivo podem trazer a Estados e Municípios e, acima de tudo, à população brasileira.

Muito obrigado.
